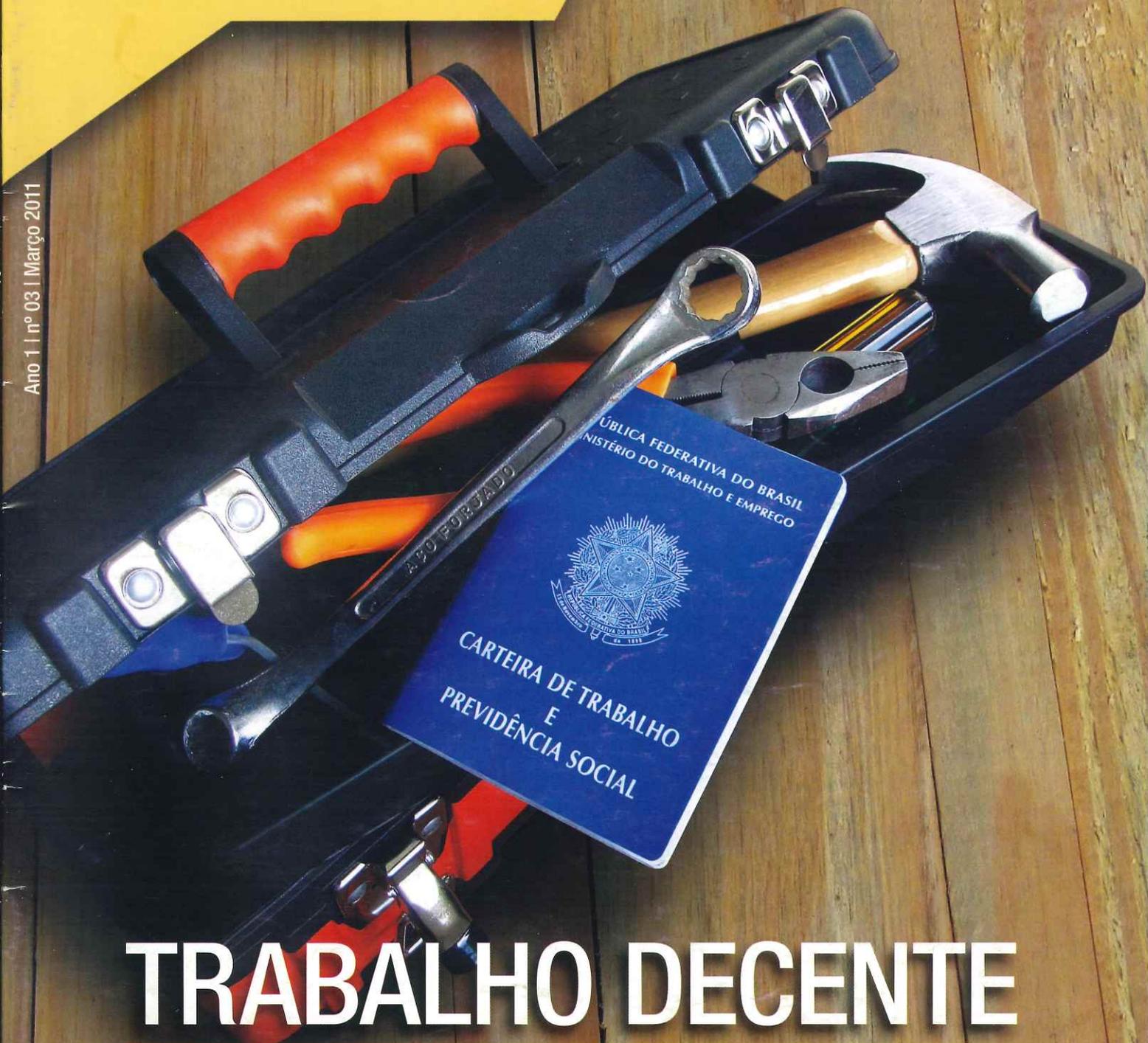


REVISTA 
Fonset

FÓRUM NACIONAL DE SECRETARIAS DO TRABALHO

Ano 1 | nº 03 | Março 2011



TRABALHO DECENTE

COMEÇA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL

SECRETARIAS REAFIRMAM COMPROMISSO COM QUALIFICAÇÃO

DIRETORIA



Nilton Vasconcelos (BA)
PRESIDENTE



José Antônio Barros Heluy (MA)
REGIÃO NORDESTE



Iranildes Gonzaga Caldas (AM)
REGIÃO NORTE

**Secretaria de Trabalho,
Assistência e Desenvolvimento
Social (ES)**
REGIÃO NORTE

**Secretaria de Trabalho do
Distrito Federal (DF)**
REGIÃO CENTRO-OESTE

**Conselho Fiscal
Secretaria de Trabalho e Renda (RJ)**
REGIÃO SUDESTE

Secretaria de Trabalho e Assistência Social (TO)
REGIÃO CENTRO-OESTE

**Secretaria de Trabalho Emprego e Promoção
Social (PR)**
REGIÃO SUL

SECRETARIAS DO TRABALHO

ACRE

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia
Secretário: **EDVALDO SOARES DE MAGALHÃES**
(68) 3223-6906
Fax (68) 3223-1281

ALAGOAS

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda
Secretário: **HERBERT MOTTA DE ALMEIDA**
(82) 3315-1853/ 1856
Fax (82) 3315.1856

AMAPÁ

Secretaria de Estado de Trabalho e Empreendedorismo
Secretário: **SIVALDO DA SILVA BRITO**
(96) 3225-8766/3225-8750/8763
Fax (96) 3225-8756/8766

AMAZONAS

Secretaria de Estado do Trabalho
Secretária: **IRANILDES GONZAGA CALDAS**
(92) 3621-2232/2249
Fax (92) 3621-2255

BAHIA

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e
Esporte
Secretário: **NILTON VASCONCELOS**
(71) 3115.3396/3398/3140
Fax (71) 3115-3394

CEARÁ

Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento
Social
Secretário: **EVANDRO LEITÃO**
(85) 3101-4601/4597/ 4572
Fax (85) 3101-2121
(85) 3101-2121

DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal
Secretário: **GLAUCO ROJAS IVO**
(61) 3327-0009
Fax (61) 3326-1176

ESPIRITO SANTO

Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e
Desenvolvimento Social
Secretário: **RODRIGO COELHO**
(27) 3224-6487/6459
Fax (27) 3314-5758

GOIÁS

Secretaria de Estado da Cidadania e Trabalho
Secretário: **HENRIQUE PAULISTA ARANTES**
(62) 3201-8566 / 8569/8600
Fax (62) 3201-8563/8561

MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego
Secretário: **CARLOS PIMENTA**
(31) 3348-4505
Fax (31) 3337-7988

MARANHÃO

Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária
Secretário: **JOSÉ ANTONIO BARROS HELUY**
(98) 3218-9853 / 9856
Fax (98) 3218-9865

MATO GROSSO DO SUL

Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social
Secretária: **TÂNIA MARA GARIB**
(67) 3318-4156/4141
Fax (67) 3318-4111/4133

MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania
e Assistência Social
Secretária: **ROSELI DE FÁTIMA MEIRA BARBOSA**
(65)3613-5713/5706/5790/5746
Fax (65) 3613-5708

PARANÁ

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e
Promoção Social
Secretário: **LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI**
(41) 3883-2505/2506/2643
Fax (41) 3322-2740

PARÁ

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda
Secretário: **JOSÉ ALFREDO SILVA HAGE JÚNIOR**
(91) 3194-1725/1724
Fax (91) 3194-1728

PARAÍBA

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Secretária: **MARIA APARECIDA RAMOS DE
MENEZES**
(83)3218-6646/6645
Fax (83) 3218-6634

PERNAMBUCO

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e
Empreendedorismo
Secretário: **ANTÔNIO CARLOS MARANHÃO DE
AGUIAR**
(81) 3183-7001/7002/7003
Fax (81) 3183-7008/7016

PIAUI

Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo
Secretária: **LARISSA MENDES MARTINS MAIA**
(86) 3211-0696
Fax (86) 3211-0696

RIO GRANDE DO SUL

Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento
Social
Secretário: **LUIZ AUGUSTO LARA**
(51) 3288-6415/6417/6400
Fax (51) 3288-6430

RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da
Assistência Social
Secretário: **LUIZ EDUARDO CARNEIRO COSTA**
(84) 3232.1850/1810
Fax (84) 3232.1830

RORAIMA

Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Secretária: **FERNANDA RIZZO AGUIAR**
(95) 2121-2657/2640/2600
Fax (95) 2121-2640

RIO DE JANEIRO

Secretaria de Estado do Trabalho e Renda
Secretário: **CARLOS DAUDT BRIZOLA**
(21) 2332-6710
Fax (21) 2332-6709

RONDÔNIA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
e Social
Secretário: **EDSON LUIZ VICENTE**
(69) 3216- 5261/ 5177
Fax (69) 3216-5990

SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho
e Habitação
Secretário: **ANTÔNIO SERAFIM VENZON**
(48) 3229-3779/3722/3766
Fax (48) 3229-3618

SERGIFE

Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da
Promoção da Igualdade Social
Secretário: **MARCELO FREITAS**
(79) 3198-0502
Fax (79) 3198-0502

SÃO PAULO

Secretaria de Estado de Emprego e Relações do
Trabalho
Secretário: **DAVI ZAIA**
(11) 3241-7004/ 7011/ 7013/7203/7205
Fax (11) 3241.7010

TOCANTINS

Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social
Secretário: **AGIMIRO DIAS DA COSTA**
(63) 3218- 1926/1988
Fax (63) 3218-1990



EM 2011, SURGEM NOVOS DESAFIOS PARA AS SECRETARIAS DE ESTADO DO TRABALHO

Novas administrações assumem os governos estaduais, novos e antigos gestores do trabalho têm a tarefa de avançar nas conquistas acumuladas. Também na administração federal, a nova Presidenta tem enormes desafios quanto ao mundo do trabalho. O ano que se iniciou com uma acalorada polêmica sobre o reajuste do salário mínimo dará espaço a uma ampla discussão sobre a qualidade dos empregos no Brasil.

Os novos patamares alcançados pelos índices de desemprego no país, estimulando estudiosos a falarem em pleno emprego, reforçam a necessidade de buscar avanços na qualidade das ocupações.

Claro que não podemos deixar de perseguir metas audaciosas de geração de emprego. Contudo, é fundamental o estabelecimento de claros objetivos na erradicação do trabalho infantil e escravo, na redução dos acidentes de trabalho, na busca de oportunidades para a nossa juventude.

Assim é que, a partir de abril devem ter início as etapas municipais, regionais e estaduais da 1ª Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, um evento que deve mobilizar empregados, empregadores, governo e entidades da sociedade civil, culminando com a etapa nacional prevista para o próximo ano.

Ainda em 2011, a Conferência Internacional do Trabalho, que se realiza anualmente em Genebra sob o patrocínio da OIT, muito provavelmente adotará uma Convenção ou Recomendação relativo ao trabalho decente para os trabalhadores e trabalhadoras domésticas válida para os 178 países membro.

É nesse contexto que os gestores e gestoras do trabalho, reunidos no Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho, se organizam para participar deste rico processo, ao tempo em que enfrenta pressões mais cotidianas que dizem respeito à demanda por qualificação profissional – tema obrigatório em qualquer debate sobre o ambiente do trabalho no Brasil – e as insuficiências de fundos públicos para fazer frente a necessidades mínimas que a conjuntura impõe.

Nesse sentido, a *Revista Fonset* é mais que um órgão de divulgação das políticas públicas adotadas pelos Estados neste âmbito e das demandas urgentes a serem atendidas. Se propõe a ser um espaço para o debate entre todos os atores interessados diretamente na matéria. São os nossos interlocutores cotidianos, os empregadores e empregados, os sindicatos, as organizações encarregadas de implementar programas de qualificação, os legisladores, os juízes, os pesquisadores e organizações de pesquisa, os organismos dos Municípios, da União etc.

Neste particular, o Ministério do Trabalho e Emprego deve ser um ente com o qual sempre buscaremos interagir, seja por força dos convênios ou decorrência de transferências voluntárias, seja porque – não há como não reconhecer – as Secretarias do Trabalho são peças fundamentais na implementação do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda.

Assim como estão abertas as páginas desta revista, abre-se o Fonset para a interlocução com a sociedade, convencidos de que este é o caminho para construirmos um Brasil cada vez melhor.

Nilton Vasconcelos
Presidente do Fonset

EXPEDIENTE

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO FONSET
FÓRUM NACIONAL DE
SECRETARIAS DO TRABALHO
Edição nº 3 - Março de 2011
forum.fonset@gmail.com

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Hilda Fausto (DRT-BA 1748)

REPÓRTERES
Eliane Costa (DRT-BA 2209) e
Flávia Vasconcelos (DRT-BA 3045)

FOTOGRAFIA
Ascom Secretarias
Guilherme Silva
Jorge de Jesus
Ascom/Sebrae

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA
Rita Andréia

DESIGN, ILUSTRAÇÕES E
EDITORIAÇÃO
Miguel Cotrim - XCOM

IMPRESSÃO
GRASB – Gráfica Santa Bárbara

TIRAGEM
8 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



A segunda edição da Revista Fonset, de novembro de 2010, trouxe reportagem mostrando a importância da qualificação profissional para a redução do desemprego e o desenvolvimento do país. Revelou como as secretarias estaduais do Trabalho têm enfrentado os sucessivos cortes no orçamento federal para os programas de qualificação. E entrevistou Ruth Vilela, do MTE, sobre o problema do trabalho escravo no Brasil.

As opiniões emitidas em artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento do Fonset.

CARTAS

■ “Agradeço a remessa do exemplar nº 2 da “Revista Fonset”, informativo do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho. Cumprimento Vossa Senhoria pela profícua gestão à frente da Presidência desse Fórum, reflexo de notáveis iniciativas em busca da excelência organizacional.”

Gentil Pio de Oliveira

*Desembargador – Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
Goiânia /GO*

■ “Informamos que o Senai Mato Grosso possui estreito relacionamento com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social de Mato Grosso e várias parcerias são firmadas com o Governo Estadual.

Nesta oportunidade, queremos externar o excelente nível de reportagens sobre qualificação profissional e informar que gostaríamos de ser cadastrados para recebermos diretamente as publicações do Fonset.”

Mauro Mendes Fernandes

Assessoria Especial do SENAI – Departamento Regional de Mato Grosso

■ “Foi com grande satisfação e alegria que recebi o exemplar Ano 1 / Nº 2 / Nov. 2010, da Revista Fonset. A qualidade estética e o conteúdo cuidadosamente selecionado resultaram numa Revista de excelente qualidade.”

Paulo César Costa e Silva

*Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Prefeitura de São Francisco do Conde - Bahia*

■ “Tenho a honra de cumprimentá-lo e agradecer o envio do exemplar Revista Fórum Nacional de Secretaria do Trabalho – Fonset. Desejamos sucesso nessa louvável iniciativa, e aproveito para parabenizar V.Sa. e seus colaboradores pela excelente publicação.”

Carlos Nabil Ghobril

Secretário de Estado Adjunto da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo

■ “Acuso recebimento do nº 02 da Revista Fonset. Material de alta qualidade editorial e que nos ajudará a conduzir as ações da nossa Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego de Curitiba. Estamos bastante empenhados em discutir e aplicar a Agenda do Trabalho Decente no nosso município e estou certo que as contribuições da publicação serão de grande valia para nós.”

Paulo Bracarense

Secretário Municipal do Trabalho e Emprego de Prefeitura de Curitiba (PR)

Críticas e sugestões:
forum.fonset@gmail.com

Qualificação Secretarias reafirmam compromisso	6
Fonset: mobilização por mais recursos	11
Troca de experiências	12
Reorganização: Fonset mais atuante	14
Os empregadores e a CNETD <i>Artigo Dagoberto Lima Godoy</i>	15
Bahia Análise e Dados Trabalho Decente	16
Trabalho Decente no centro das discussões	17
Regimento interno da 1ª CNETD	18
OIT na eliminação do Trabalho Infantil <i>Entrevista com Renato Mendes</i>	20
Rotatividade no mercado de trabalho	22
Perspectiva da agenda laboral no governo e no congresso <i>Artigo Antonio Augusto de Queiroz</i>	23
ANP: qualificação para o setor de petróleo e gás	24
Sebrae e a formalização dos trabalhadores	26

ACRE

Edvaldo Soares de Magalhães

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. Professor. Ex-deputado estadual por três mandatos, tendo presidido a Assembléia Legislativa.



ALAGOAS

Herbert Motta de Almeida

Secretário do Trabalho, Emprego e Renda. Formado em Medicina, com Especialização em Residência Médica da Saúde e Mestrado em Medicina e Saúde. Ex-secretário de Saúde do Estado de Alagoas.

“A nossa meta é fazer com que a Secretaria seja um instrumento articulador dentro do governo em prol do melhor desenvolvimento econômico e da qualidade de vida da população, visando à inclusão social para o trabalho formal e informal. O Sine, Central de Autônomos e Projovem Trabalhador são os grandes instrumentos para que se enfrente o desafio, que é poder ter um jovem ou qualquer cidadão em um posto de trabalho. Vamos fortalecer esses instrumentos com políticas claras e com a parceria com a sociedade, que já tem desenvolvido várias iniciativas nesse sentido”.



AMAPÁ

Sivaldo da Silva Brito

Secretário do Trabalho e Empreendedorismo. Formado em Física e Matemática, com Especialização em Empreendedorismo. É professor federal há 27 anos. Ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amapá (Fieap) e ex-diretor Nacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“O governo do Amapá prioriza, para 2011, 40% da meta de qualificação social e profissional para o público jovem, visando criar alternativas para inserção produtiva em postos formais de trabalho ou em atividades empreendedoras para a geração de renda, como diferencial na qualidade de vida da juventude amapaense. O estado apresenta novas perspectivas de desenvolvimento econômico e a Sete implementará ações através do Planteq e do Plano Estadual de Qualificação, no sentido de preparar o trabalhador para inserção no mercado de trabalho de acordo com as demandas emergentes”.

AMAZONAS

Iranildes Gonzaga Caldas

Secretária de Trabalho. Bacharel em Serviço Social, coordenadora regional do projeto de alfabetização e letramento da Escola Sindical Amazônia. Tesoureira do Fonset desde 2009.



QUALIFICAÇÃO

SECRETARIAS DO TRABALHO REAFIRMAM COMPROMISSO



BAHIA

Nilton Vasconcelos

Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte desde 2007. Graduado em Arquitetura, cursou Mestrado em Administração. É Doutor em Administração Pública. Em 2009, assumiu a presidência do Fonset.

“Nosso propósito é fortalecer o Programa Bahia do Trabalho Decente, promovendo mais e melhores empregos. Vamos incorporar com mais intensidade o trabalhador autônomo no serviço de intermediação, inclusive com o incremento à proteção social, através da figura do empreendedor individual. Além disso, queremos fortalecer a articulação da intermediação com qualificação profissional, buscando obter o maior rendimento dos cursos.”

CEARÁ

Evandro Sá Barreto Leitão

Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social. Bacharel em Ciências Econômicas e Direito, Auditor Adjunto da Receita Federal do Estado.

“Em relação à área do trabalho e geração do emprego e renda, a Secretaria tem como prioridade o desenvolvimento de ações que viabilizem a qualificação e o engajamento do trabalhador no mercado, assegurando-lhe a inclusão produtiva e a geração de renda. Nesse sentido, projeta para os próximos quatro anos, o incremento quantitativo e evolução qualitativa de alguns projetos e programas, inclusive ações de qualificação especialmente voltadas para a Copa do Mundo de 2014, já em evidência, a exemplo do Projovem Trabalhador/Juventude Cidadã, Criando Oportunidades, Primeiro Passo, Juventude Empreendedora, Escola de Vida Sabor e Arte (Evisa) e os



PROFISSIONAL

2011 marca o início de nova gestão para os governos estaduais. Neste primeiro momento, mudanças, planejamento e definições de metas dominam a pauta de trabalho de todas as instâncias governamentais das esferas federal, estadual e municipal. A *Revista Fonset* apresenta os titulares das Secretarias do Trabalho e as principais iniciativas programadas, onde a necessidade de incrementar a qualificação profissional é preocupação comum a todos os estados.

Centros de Inclusão Tecnológica e Social (CITS). Os programas de apoio e fomento às micro e pequenas empresas (MPEs) do Ceará também ganharão dinâmica nova, a partir do incentivo ao empreendedorismo e ao artesanato.”



DISTRITO FEDERAL

Glauco Rojas
Secretário do Trabalho.
Cientista Político e Publicitário.

“A qualificação é o foco da Secretaria do Trabalho (Setrab) a partir deste ano. Para isso, a pasta vai

contar com R\$ 5,3 milhões para viabilizar a execução de ações que qualifiquem os brasilienses para o mercado de trabalho. Brasília vai ter agora, com o novo governo, incentivo para que grandes empresas venham. Outro objetivo da nova gestão é garantir que, nos próximos quatro anos, todo o setor de hotelaria, receptivo e taxistas de Brasília estejam preparados para a Copa de 2014. A Setrab também vai dar suporte para o Parque Tecnológico Capital digital. Na área de 123 hectares funcionarão, além das empresas locais e internacionais de tecnologia, serviços do governo. O pólo vai gerar 80 mil empregos e captar R\$ 1 bilhão até 2014”.

ESPÍRITO SANTO

Rodrigo Coelho
Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos. Formado em Ciências Contábeis. Pós-graduado em Gestão Pública. Ex-secretário municipal de Governo de Cachoeiro de Itapemirim, onde implementou o Orçamento Participativo e o Escritório de Gestão de Projetos Prioritários (EGPP).



GOIÁS

Henrique Arantes
Secretário de Cidadania e Trabalho.
Formado em História. Deputado estadual licenciado, foi também ex-vereador de Goiânia (2008.)



MARANHÃO

José Antônio Barros Heluy
Secretário do Trabalho e da Economia Solidária do Maranhão.
Formado em Hotelaria, está à frente da Secretaria desde abril de 2009.

“Qualificação profissional é a grande meta da Secretaria de Trabalho e Economia Solidária do Maranhão, que vive um momento de transformação do seu mercado de trabalho por conta das obras iniciais da Refinaria Premium I da Petrobrás, que será erguida no município de Bacabeira, distante 45 km de São Luís. O empreendimento trouxe novo fôlego ao Governo do Estado, que criou o Pró-Empreendimento, programa de incentivo à instalação de Grandes Projetos no Estado, que atraiu desde empresas na área da exploração de gás natural até produção de energia termelétrica e mineração de ouro, além do fortalecimento de outros setores da Economia, como a Construção Civil e Serviços, que acabam engatilhados no crescimento dos demais segmentos. O maranhense clama por qualificação profissional, para que ele possa participar deste momento de mudança no comportamento do mercado de trabalho e o Governo do Estado, através da SETRES, quer fazer a ponte entre sua população e os novos rumos da economia local”

MATO GROSSO

Roseli Barbosa
Secretária de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.
Bacharel em Direito. Ex-secretária de Assistência Social do município de Matupá (1993 a 1996), e atual primeira dama do estado.



“Dentro da nossa pasta temos várias frentes de atuação: Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, sendo que em cada uma temos como foco a redução das desigualdades sociais, geração de emprego e renda e a melhoria na qualidade de vida da população. Temos vários projetos em curso e estamos desenvolvendo outros que expandirão as ações para todos os 141 municípios do estado. O nosso carro-chefe para os próximos quatro anos será a qualificação profissional, pois entendemos que, por meio da qualificação, a colocação e recolocação no mercado de trabalho se darão de forma natural”.

MATO GROSSO DO SUL

Tânia Mara Garib

Secretária de Trabalho e Assistência Social desde 2007. É cirurgiã-dentista. Diretora-presidente da Funtrab e ex-secretária municipal de Bem-Estar Social de Campo Grande.



“A nossa prioridade será a qualificação profissional. Vamos expandir os investimentos na preparação dos trabalhadores para ocupar as oportunidades. Estamos elaborando um plano de ação, a partir de conversas com a sociedade, a fim de atender as demandas do estado. Estamos trabalhando também para estender o atendimento do Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (CIAC), que faz a intermediação da mão de obra, ao maior número de cidades possíveis. Temos que aproveitar o saldo positivo de empregos apontado pelo Caged”.



MINAS GERAIS

Carlos Pimenta

Secretário do Trabalho e Emprego. Formado em Medicina, com Especialização em Cirurgia Geral e Acupuntura. Eleito deputado estadual em 2010 para o quinto mandato.

“O Usina do Trabalho é hoje o principal projeto de qualificação social e profissional desenvolvido em Minas. Tem como objetivo precípua a inserção produtiva de trabalhadores desempregados no mercado. A Secretaria tem buscado auferir ao Projeto um caráter mais completo de atendimento ao cidadão mineiro. Além da qualificação e da capacitação, os trabalhadores receberão assessoria para a formalização, design de produtos e serviços, incubação e acesso ao microcrédito. Ações que irão garantir maior efetividade à política desenvolvida”.

PARAÍBA

Maria Aparecida Ramos de Meneses

Secretária do Desenvolvimento Humano. Assistente Social, com Doutorado. Ex-presidente da Associação dos Docentes da UFPB.



“Parece-me que não se deve estabelecer uma muralha da China entre políticas de intermediação de mão de obra e qualificação profissional. São elos de uma mesma cadeia. Nosso trabalho à frente da Secretaria vai cuidar das questões atinentes ao trabalho e ao mercado de trabalho, tendo como meta a incorporação produtiva, em caráter permanente e de qualidade e não sazonal ou temporário”.

PARÁ

José Alfredo Silva Hage Júnior

Secretário do Trabalho, Emprego e Renda. Advogado, com Especialização em Direito Administrativo. Ex-deputado-estadual (2007 – 2010)



PARANÁ

Luiz Cláudio Romanelli

Secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social. Advogado e Especialista em Gestão Técnica. Licenciado do mandato de deputado estadual, para o qual foi eleito para o terceiro mandato.



“O Paraná vive um excelente momento na geração de empregos e estamos buscando fazer com que o trabalhador esteja preparado para isso. O estado tem o programa Escola do Trabalho, e estamos promovendo a parceria com o Sistema S e outras entidades que fazem a qualificação para atender as demandas locais e regionais”.



PERNAMBUCO

Antônio Carlos Maranhão

Secretário do Trabalho e Empreendedorismo. Engenheiro Mecânico. De 1996 a 2010, dirigiu o Senai de Pernambuco. Ex-professor da UFPE.

PIAUI

Larissa Mendes Martins Maia

Secretária do Trabalho e Empreendedorismo. Graduada em Comunicação Social, com Especialização em Administração em Mercado. Assumiu a Secretaria em abril de 2009. É professora universitária.



“A nossa intenção é atender bem às demandas de qualificação profissional. Outro projeto é continuar a disseminação do correto atendimento nas Unidades do Sine. Isso reflete diretamente no encaminhamento, na filtragem dos trabalhadores e nas atividades diárias desenvolvidas. Além disso, é preciso fornecer um olhar duplo que contemple também os empregadores, para que recebam o trabalhador com o perfil solicitado”.

RIO DE JANEIRO

Carlos Daudt Brizola (Brizola Neto)

Secretário do Trabalho e Renda. Ex-deputado federal (2006), ex-vereador do Rio de Janeiro (2004).



“O fundamental é colocar a questão da geração de trabalho e renda no centro das discussões do desenvolvimento econômico do Estado. Queremos traduzir isso na geração de emprego e renda para a população do Rio de Janeiro. Estamos intensificando parcerias com o Governo Federal e em breve lançaremos o Projeto Qualifica Rio, que vai unificar todos os projetos de geração de emprego e renda. O principal desafio é a qualificação profissional. O fortalecimento da intermediação acontece como consequência da qualificação e preparação do trabalhador para o mercado de trabalho”.

RIO GRANDE DO NORTE

Luiz Eduardo Carneiro Costa
*Secretário do Trabalho, Habitação e Ação Social.
 Advogado, professor e ex-secretário de
 Educação do Estado.*



“Vamos avaliar os programas existentes, dando continuidade aos bons e novos rumos aos que necessitarem. Nosso objetivo é dar qualidade aos projetos, não apenas na geração de emprego, mas também na promoção da inclusão social da população. Estamos buscando a excelência do atendimento no Sine e em todos os projetos desenvolvidos, como o Pró Jovem Urbano, o Pró Jovem Empreendedor e o Economia Solidária.”



RIO GRANDE DO SUL

Luís Augusto Lara
*Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social.
 Publicitário e estudante de Direito.
 Eleito deputado estadual em 2010 para seu quarto
 mandato. Ex-secretário estadual de Turismo,
 Esporte e Lazer por duas gestões.*

“A prioridade será a qualificação de mulheres e jovens atendidos pelo Bolsa Família. Outros trabalhadores também terão oportunidades. Os cursos oferecidos vão desde construção civil, indústria, qualificação para o setor gerencial e para o Pólo Naval, as Usinas Termoeletricas e a Copa do Mundo de 2014. Para intermediar com qualidade, é necessário aumentar a oferta de qualificação. Por isso estamos reforçando a parceria com centrais sindicais, empresas, universidades, Governo Federal e o Sistema S, principalmente por meio do Sine.”



RONDÔNIA

Edson Luiz Vicente
*Secretário de Desenvolvimento
 Econômico e Social*



RORAIMA

Fernanda Rizzo Aguiar
*Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social.
 Administradora. Em 2010, ocupou o cargo
 de secretária Adjunta da Setrabes e também
 coordenou o programa Vale Solidário.*



SANTA CATARINA

Antônio Serafim Venzon
*Secretário de Assistência Social,
 Trabalho e Habitação.
 Médico. Ex-deputado-federal e ex-deputado
 estadual.*

SÃO PAULO

Davi Zaia
*Secretário de Emprego e Relações
 do Trabalho.
 Formado em Filosofia, com Especialização
 em Economia do Trabalho. É presidente da
 Federação dos Bancários de São Paulo e
 Mato Grosso do Sul. Eleito deputado estadual
 em 2010 para segundo mandato.*



“Estamos priorizando a continuidade e a ampliação dos programas atualmente existentes. Com relação ao Banco do Povo Paulista (BPP), queremos ampliar as atividades de crédito para micro e pequenos empreendedores, pessoas físicas ou jurídicas, com a implantação de novas unidades. Outro programa que queremos ampliar é o Jovem Cidadão, que oferece estágio a estudantes do ensino médio da rede pública estadual. Na área de intermediação de emprego, temos também o Emprega São Paulo. No que se refere à capacitação profissional, a atenção do Estado está voltada para, além de capacitar profissionalmente as pessoas, também oferecer a elas uma oportunidade de melhorar o seu nível educacional”.



SERGIPE

Marcelo Henrique da Silva Freitas
*Secretário do Trabalho, da Juventude e da
 Promoção da Igualdade Social.
 Formado em Administração e Pós-graduando
 em Gestão de Pessoas. Ex-secretário de
 Administração e Finanças na Prefeitura de
 Caetité/BA.*

TOCANTINS

Agimiro Dias da Costa
*Secretário de Trabalho e
 Assistência Social.*



“O esforço do novo governo para a execução da política do Trabalho já tem sido percebido com a criação de uma Subsecretaria, que deve reestruturar os serviços de atendimento ao trabalhador por meio dos postos do Sine, e, além disso, coordenar programas especiais de capacitação e buscar parcerias para a qualificação profissional. A nossa intenção é trabalhar em rede com empresas privadas e os demais órgãos públicos, que também oferecem capacitação e qualificação profissional. O Tocantins nos surpreende a cada ano com o seu crescimento na área do trabalho e precisamos estar preparados para atender as novas empresas e indústrias, além dos outros setores da economia, é claro, com a mão-de-obra local capacitada”.

A ANP investe no melhor
do Brasil: os brasileiros.

LEIRUTE / ddp



O Programa de Recursos Humanos (PRH) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP já investiu mais de R\$ 200 milhões e formou mais de cinco mil profissionais de nível superior, mestres e doutores. A ANP exige que as empresas produtoras de petróleo e gás natural, nos campos de grande rentabilidade, invistam em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D). Mais de R\$ 5 bilhões já foram investidos, gerando inovação e empregos para o Brasil. ANP. Cuidando do que move o Brasil.



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

Ministério de
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

SECRETÁRIOS ESTADUAIS DO TRABALHO MOBILIZAM-SE POR MAIS RECURSOS

As secretarias estaduais do Trabalho têm convívio, ao longo da última década, com os efeitos negativos da redução de orçamento do Plano Nacional Territorial de Qualificação Profissional (PlanTeQ).



Fonset reúne-se com Comissão do Trabalho da Câmara Federal

Em novembro do ano passado, durante a 82ª reunião do Fórum, em Brasília, os secretários reuniram-se com a Comissão do Trabalho da Câmara Federal, quando foram recebidos pelo então presidente da Comissão, o deputado federal Alex Canziani (PTB-PR). O Fonset pediu aos membros do colegiado apoio para garantir mais recursos para os programas de qualificação, que agora em 2011 está limitado a R\$ 200 milhões para os planos setoriais (PlanSeQs) e territoriais (PlanTeQs). Aos deputados, o presidente do Fonset, secretário Nilton

Vasconcelos, alertou ser essa quantia "insuficiente para atender à demanda por qualificação, cada vez mais crescente. Esse valor é menor do que o Orçamento de 2010, quando foram destinados para esse fim R\$227 milhões", disse.

O Fonset defende a necessidade de uma solução a curto prazo, com o aumento dos recursos no orçamento; e a médio e longo prazo, com uma discussão ampla e em todo o território nacional sobre o papel decisivo da qualificação profissional neste momento em que a economia brasileira cresce e

onde as novas tecnologias exigem aperfeiçoamento da mão de obra.

Em ofício datado de 17 de novembro/2010 e encaminhado à Comissão do Trabalho, o Fonset solicitou o apoio dos parlamentares na aprovação de Emenda que possa recompor, ainda que parcialmente, os recursos do PlanTeQ.

COLEGIADO APROVA REFORMA DO ESTATUTO DO FONSET

A reforma do Estatuto do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho foi aprovada durante a Assembleia Geral, realizada em novembro, em Brasília. A reformulação, aprovada por unanimidade, deveu-se à necessidade de adequar o Estatuto ao novo Código Civil Brasileiro.

As alterações referem-se, principalmente, aos direitos e deveres dos sócios e sua forma de admissão e destituição; às deliberações da Assembleia, órgão máximo da entidade; à destinação do patrimônio em caso de sua extinção.

Outras modificações foram realizadas como, por exemplo, o entendimento de que o Fórum constitui-se em uma associação civil, e não uma sociedade, já que este termo é aplicado a empresas que têm fins lucrativos; delegação de direito a voto ao suplente, indicado pelo titular da Secretaria.



Presidente do Fonset, Nilton Vasconcelos pede apoio da Comissão para garantir mais recursos para cursos de qualificação executados pelos estados



Trocar experiências, debater e buscar soluções para os problemas em comum estão entre os principais objetivos das reuniões do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho. Os encontros são espaços privilegiados para a difusão de ideias de como vencer as dificuldades e promover ações que gerem emprego e renda para a população.

A *Revista Fonset* mostra, a seguir, as experiências apresentadas pelos estados de Alagoas, Mato Grosso e Minas Gerais durante a 82ª Reunião Ordinária do Fórum, realizada no dia 10 de novembro/2010, em Brasília (DF). Os programas Central de Autônomos (AL), Microcrédito (MT) e Travessias (MG) são três excelentes exemplos de como as secretarias estaduais do Trabalho têm buscado nas potencialidades locais as melhores formas para vencer o desemprego.

Projeto Central de Autônomos Alagoas

A Secretaria do Trabalho Emprego e Renda de Alagoas encontrou, com a Central de Autônomos, uma solução interessante para ajudar na geração de renda para os trabalhadores que não conseguem inserção no mercado de trabalho formal. A iniciativa surgiu a partir da constatação de que cerca de 40% das pessoas cadastradas no Sine não se enquadram no perfil das vagas ofertadas, seja pela baixa qualificação profissional ou até

mesmo pela idade.

Segundo a Secretaria, a Central de Autônomos é uma agência de utilidade pública que possibilita a inserção de trabalhadores autônomos no mercado informal de trabalho, fazendo a intermediação de forma direta e segura para os usuários dos seus serviços. Ou seja, a Central cadastra os profissionais autônomos e intermedia a contratação dos serviços para empresas e a população em geral.

A iniciativa tem mostrado grandes resultados, pois beneficia todos os envolvidos: o trabalhador autônomo, que potencializa o número de ofertas de serviço, e o cliente final, que tem mais segurança ao contratar um prestador de serviço credenciado pelo programa.

À Secretaria do Trabalho Emprego e Renda cabe a tarefa de identificar e selecionar trabalhadores autônomos; orientá-los e requalificá-los para o mercado; fazer a intermediação entre o trabalhador e a demanda de seus serviços, além de apoiar práticas de comercialização dos produtos de autônomos – “comércio solidário”; orientar e indicar alternativas de crédito para equipar o trabalhador autônomo, quando necessário.

Os resultados do projeto já aparecem. Entre maio de 2009 e julho de 2010, 812 trabalhadores autônomos foram cadastrados pela Central. Destes, 504 tiveram o processo de seleção concluído e 682 intermediações de serviços foram efetuadas.

Os dados são tão positivos que o Conselho do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza aprovou o projeto de implantação de uma nova sede para a Central, com ampliação da estrutura física, de material e de pessoal para atender os trabalhadores.

Programa Microcrédito Mato Grosso

A Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social de Mato Grosso apresentou uma alternativa para incentivar a geração de renda, sem ser necessariamente através do mercado formal de trabalho. O Microcrédito “é um programa de geração de emprego e renda do Governo de Mato Grosso, destinado a oferecer oportunidade de crédito a empreendedores com dificuldade de acesso ao crédito no sistema financeiro, que tenham habilidade e experiência de trabalho e queiram iniciar ou ampliar o seu próprio negócio”, segundo a Setecs.

Voltado para pessoas arrojadas e empreendedoras, que desejem aumentar a renda familiar, gerando renda e até empregos para outros trabalhadores, o Microcrédito é financiado totalmente com recursos do governo estadual por meio do Fundo Estadual de Amparo ao Trabalhador.

O grande diferencial do programa está na facilidade da concessão do crédito,



REUNIÕES PROPORCIONAM TROCA DE EXPERIÊNCIAS

além da orientação e acompanhamento do empreendimento. O beneficiário tem ainda a vantagem de não pagar juros no valor financiado, além de dar como garantia o próprio bem adquirido, que pode ser máquinas, equipamentos, ferramentas, matéria-prima, mercadoria para revenda e bens destinados à produção, prestação de serviços e à comercialização.

Os resultados do programa são avaliados positivamente. De acordo com a Setcs, o projeto atende 90 municípios e tem 282 agentes de crédito capacitados. Já foram realizados 309 cursos de capacitação gerencial, com 8.408 empreendedores capacitados. Ainda segundo a Secretaria, 4.644 empreendedores foram beneficiados pelo projeto que já gerou 6.966 empregos. Vale a pena destacar que o programa financia bens entre R\$ 300 e R\$ 1.500, sendo de R\$ 1.062,00 o valor médio emprestado por empreendedor.

Projeto Travessias Minas Gerais

A experiência desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais traz uma visão mais ampla de integração social através da geração de emprego e renda. O projeto apresentado pelo estado foi o Travessias, que “é um programa de caráter estruturador que tem como alvo famílias

em alta vulnerabilidade social. Para isso, tem como premissa central a integração de diversas áreas de atuação do governo estadual em articulação com os municípios”.

O objetivo do Travessias é promover a inclusão social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social, através da articulação e integração de políticas públicas planejadas para municípios de população mais pobre. O projeto é desenvolvido por meio de ações multissetoriais nas áreas de gestão social, saúde, educação, renda, saneamento e intervenção urbana. A Secretaria seleciona os municípios de acordo com critérios técnicos de identificação de vulnerabilidade



social, priorizando o atendimento das famílias inscritas no Cadastro Único, do Ministério do Desenvolvimento Social. A partir daí, articula projetos com outras secretarias, visando promover o fortalecimento dos grupos organizados e representativos da comunidade e a sustentabilidade dos resultados do programa.

Segundo a Secretaria, de 2008 a 2010, o programa já atendeu 110 municípios e tem a intenção de estar em 231 até o final de 2011. Entre os resultados apresentados está a qualificação de 3.900 pessoas pelo Usina do Trabalho – eixo de geração de emprego e renda do projeto Travessias; o beneficiamento de 4 mil famílias rurais; os 20.500 documentos emitidos pela Caravana da Documentação Civil e as 610 casas populares entregues.

Usina do Trabalho – A Secretaria enfatizou, também, o projeto Usina do Trabalho, surgido como um eixo do Travessias, mas que se transformou no principal programa de geração de emprego e renda no estado.

Voltado para trabalhadores desempregados em situação de vulnerabilidade social, o programa qualifica e capacita profissional e socialmente estas pessoas, promovendo sua inserção no mercado formal e a geração de renda em empreendimentos autogestionados. Os resultados são cada vez melhores: em 2009, por exemplo, o Usina do Trabalho desenvolveu 584 ações em 181 municípios, capacitando mais de 15 mil trabalhadores no estado.



Reunião realizada em março de 2009, em Salvador, deu início à reorganização do Fonset

REORGANIZAÇÃO GARANTIU AÇÃO MAIS ATIVA AO FONSET

Março de 2009 é a data que marca a reestruturação do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho e uma nova forma de atuação. O Fonset encontrava-se desarticulado e sem diretoria constituída, trazendo enorme prejuízo às Secretarias do Trabalho na troca de experiência e na articulação de políticas públicas junto ao Governo Federal.

Eleita a nova diretoria, o novo Fonset enfrentou desafios importantes no primeiro ano de gestão. Problemas administrativos e contábeis foram vencidos. O resgate da memória do Fórum e a organização da receita foram os primeiros a ser abordados.

Com a casa arrumada, era a hora de iniciar a articulação política com outras instituições, com vistas a garantir uma participação mais ativa do Fonset no debate nacional sobre assuntos relativos ao mundo do Trabalho. Assim, o Fórum imprimiu uma presença atuante nas reuniões do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), resgatou a participação no pleno do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES), bem como na sua Comissão Executiva. Nesta instância, desempenhou importante papel na organização das Conferências Regionais e Estaduais que prepararam a II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2010, em Brasília.

Também passou a manter contato mais próximo com a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República,

contribuindo com as discussões travadas pelo Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) no processo de implementação de agendas de Trabalho Decente pelo país.

Outro movimento importante feito pelo Fonset foi estreitar a relação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que sistematicamente é convidada a participar das reuniões do Fórum. Em 2009, o Fonset e a OIT assinaram protocolo de intenções de cooperação técnica com o objetivo de contribuir com a promoção do trabalho decente no Brasil.

Por meio desse acordo, OIT e Fonset deverão estar em permanente intercâmbio de informações e estabelecer planos de ação para desenvolver atividades que favoreçam a criação de emprego de qualidade para homens e mulheres, a extensão da proteção social, a promoção e fortalecimento do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, expressos na Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho da OIT, adotada em 1998.

Em 2010, foi lançada a *Revista Fonset*, que já se encontra em sua terceira edição. De circulação nacional e encaminhada às principais instâncias governamentais e instituições vinculadas ao mundo do Trabalho, a publicação divulga as ações desenvolvidas pelos estados e, sobretudo, apresenta textos e entrevistas que contribuam com o debate sobre o futuro das políticas públicas do trabalho.

"A Diretoria do Fonset tem consciência que são muitos os desafios ainda a serem vencidos, mas devemos comemorar os avanços obtidos nestes últimos dois anos, quando garantimos ao Fórum melhor organização, visibilidade e, principalmente, maior participação no debate sobre políticas públicas de emprego", destaca o presidente Nilton Vasconcelos.

O FONSET

Criado em junho de 1989, o Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho, Fonset, é uma associação sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída por titulares das secretarias estaduais de Trabalho e mais a Secretaria de Trabalho do Distrito Federal. Constitui-se em um importante espaço de diálogo e troca de experiência entre os estados e o governo federal e, dentre outras finalidades, tem por objetivo definir e firmar posições em torno de problemas relacionados ao mundo do trabalho, e também fortalecer a participação dos estados na definição de políticas públicas.

Composto por uma Diretoria Executiva com representação das cinco regiões que formam o país e mais três membros do Conselho Fiscal, o Fonset, em quase seus 22 anos de existência, realizou 83 reuniões ordinárias, contabilizada a que aconteceu em Salvador agora em março de 2011.

O Fórum tem assento no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), com direito a voz mas sem direito a voto, e integra o Conselho Nacional de Economia Solidária (Cnaes), assim como a sua Comissão Executiva.

OS EMPREGADORES E A CNETD

Desde a promulgação da Constituição de 1988, os apelos por participação da sociedade nas questões do interesse coletivo vêm num crescendo. Democracia participativa, controle social do Estado, sociedade civil organizada, capital social, terceiro setor etc são termos do vocabulário da nossa época, embora haja pouca preocupação em defini-los com precisão (o que, aliás, se torna conveniente, quando há a intenção de manipulá-los).

Assim, decifrar os significados desses termos demanda investigar as raízes culturais e as filiações ideológicas dos grupos sociais ou políticos que os empregam.

A expressão "sociedade civil" (SC) vem evoluindo, desde a Antiguidade, para significar uma dimensão da sociedade ora – mais ou menos – integrada ao Estado, ora em oposição a este. É a partir da segunda metade do século XX – especialmente após a queda do Muro de Berlim – que se consolida o conceito de Sociedade Civil Organizada. A generalizada incapacidade dos estados para satisfazerem as crescentes demandas sociais, no plano interno, associada, no plano externo, às limitações do Estado nacional, em face da emergência das forças do mercado e do fenômeno da globalização, trazem a evidência de uma terceira dimensão, na tricotomia Estado – Mercado – SC (daí a expressão "Terceiro Setor"). Essa debilitação do Estado se reflete no desprestígio dos parlamentos, ameaçando a própria credibilidade do sistema representativo e fazendo surgir novos apelos a formas de democracia direta.

É nesse contexto que ganhou espaço a proposta de um procedimento ideal para as deliberações da sociedade: do discurso democrático emanariam conteúdos normativos, que transformariam o processo informativo em um mecanismo decisório. Este dependeria menos de uma cidadania capaz de agir coletivamente, do que da institucionalização dos correspondentes processos comunicacionais; e redundaria do



Dagoberto Lima Godoy

Consultor Sênior da Confederação Nacional da Indústria – CNI

Representante dos empregadores brasileiros no Conselho de Administração da OIT. É diplomado em Engenharia Civil e Direito, com título de Mestre em Direito

jogo entre deliberações institucionalizadas e opiniões públicas geradas informalmente. Essa ligação do sistema político às redes periféricas da esfera pública política projeta a imagem de uma "sociedade descentralizada".

Certamente, aí está a inspiração para as conferências nacionais: foram duas no governo Collor, seis no governo Itamar, 17 no governo FHC e 72 nos dois mandatos de Lula, incluindo a convocação da 1ª Conferência Nacional sobre Emprego e Trabalho Decente (1ª CNETD). Da mesma fonte, vem a importância dada ao "diálogo social" (DS), expressão que também envolve significados diversos. Para a OIT, o DS inclui todo tipo de negociação, consulta ou simples intercâmbio de informações, entre representantes de governos, empregadores e trabalhadores, sobre questões de interesse comum relacionadas com a política econômica e social. Mas, em geral, a expressão DS é utilizada de forma menos específica, tendendo a abranger outros atores, tal como pretendem conferências como a CNED.

Entretanto, a questão primordial, posta em prática de um DS amplo, é a

da representatividade dos interlocutores. A sociedade democrática e moderna é extremamente complexa e multifacetada. Como selecionar os representantes capazes de expressar, adequadamente, os pontos de vista de cada segmento social e, ainda, com autoridade e preparo para negociar os seus interesses? Essa questão se apresenta tão mais séria quanto mais específico seja o escopo da conferência, o que também se aplica ao indispensável requisito do conhecimento do tema pelos participantes.

Nestes pontos, residem as preocupações dos representantes das confederações empresariais no Grupo de Trabalho Tripartite (GTT/ANTD), que se debruçou sobre o Regimento Interno da 1ª CNETD. Entendemos que – como vem sendo praticado acertadamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego – só o DS tripartite tem legitimidade e preparo para discutir as questões que envolvem diretamente as relações do trabalho.

Essa cautela não se trata – é bom deixar claro – de mero corporativismo ou de negativa quanto às implicações do tema para a sociedade civil, como um todo. Tanto é que o referido GTT recomendou, por consenso tripartite, a participação de delegados de organizações não governamentais, desde que atendidos os requisitos de representatividade e especialização na temática da 1ª CNETD, além, é claro, de uma razoável proporcionalidade, compatível com os mesmos pressupostos.

Atendidas tais premissas, a 1ª CNETD contará com a ativa participação dos delegados do setor produtivo – trabalhadores e empregadores – com o mesmo empenho e igual motivação com que atuaram no memorável Fórum Nacional do Trabalho, convocado pelo Governo Lula, em 2003. E, otimistamente, com a esperança de que as recomendações da 1ª CNETD mereçam mais consideração do que as produzidas pelo Fórum.

TRABALHO DECENTE É TEMA DA REVISTA BAHIA ANÁLISE E DADOS

Conceitos, análises e reflexões sobre o trabalho decente. Este é o conteúdo da revista Bahia Análise e Dados, lançada no final de dezembro, em Salvador. Nas quase 300 páginas da publicação, há espaço para a abordagem de diversos aspectos do tema que vem atraindo o interesse de um número cada vez maior de estudiosos sobre o mundo do trabalho e suas complexas relações.

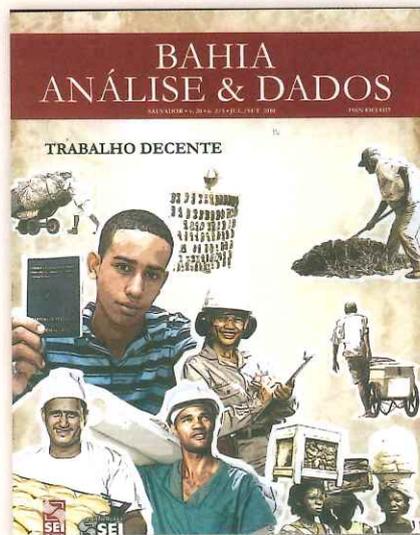
São 18 artigos que trazem contribuições importantes para o debate, além da exposição de experiências da adoção da agenda do trabalho decente na Bahia, Paraná e no chamado ABCD paulista, que reúne sete cidades – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. São abordadas, ainda, questões como a discriminação racial e de gênero, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado formal, além de aspectos do trabalho infantil e escravo. As páginas da revista trazem ainda boas reflexões sobre os chamados empregos verdes, mostrando como é possível e viável aliar desenvolvimento e preservação ambiental.

Os artigos são assinados por especialistas da área e contêm informações que podem contribuir tanto para o aprofundamento do estudo sobre a questão, quanto para a formulação de políticas públicas de implementação do trabalho decente por estados e municípios. O texto da socióloga e diretora do escritório da OIT – Organização Internacional do Trabalho – no Brasil, Laís Abramo, por exemplo, apresenta os conceitos do trabalho decente da forma como é entendido pela OIT, fala do compromisso assumido pelo Brasil em relação à questão, destacando as experiências de estados e municípios na adoção da agenda do trabalho decente.

Vale destacar, também, o artigo assinado pelo coordenador nacional do Projeto Monitorando e Avaliando o Progresso no Trabalho Decente (MAP) da OIT, José Ribeiro, e a especialista em emprego do escritório da OIT no Brasil, Janine Berg. Os dois fazem um balanço sobre a evolução do trabalho decente no Brasil nas décadas de 90 e 2000.

O presidente do Fonset e secretário do Trabalho Emprego Renda e Esporte da Bahia, Nilton Vasconcelos, e a técnica em Planejamento do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), Tatiana Dias Silva, também apresentam a experiência da construção e implementação da Agenda do Trabalho Decente na Bahia, que foi o primeiro estado – no mundo – a adotar a Agenda. Os avanços desta política entre os baianos ainda é tema de outros artigos publicados na revista.

A Revista Bahia Análise & Dados é uma publicação trimestral feita pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento do Estado. A edição especial sobre trabalho decente foi fruto de parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre). A íntegra da edição está disponível nos sites www.sei.ba.gov.br e www.setre.ba.gov.br.



Em fase de organização, a 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente promete reunir governo, trabalhadores e empregadores de todo o país

Lançada em novembro do ano passado em Brasília, a 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (1ª CNETD), prevista para acontecer entre os dias 2 e 4 de maio de 2012, reunirá representações do poder público, empregadores e trabalhadores. O objetivo é promover um amplo debate no país, envolvendo a temática das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social. O evento será dividido em duas etapas – estadual e nacional – e terá como base para as discussões o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, criado a partir da Agenda Nacional de Trabalho Decente, cujas prioridades são gerar mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades e tratamento; erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

A primeira etapa acontecerá entre os meses de abril e outubro deste ano, quando os 26 estados e o Distrito Federal realizarão Conferências Estaduais de Emprego e Trabalho Decente. Neste período, cada estado participante definirá uma Comissão Organizadora para representá-los nacionalmente. A função de cada comissão é definir a agenda, elaborar e aprovar o

TRABALHO DECENTE NO CENTRO DAS DISCUSSÕES

Regimento Interno, organizar, coordenar e promover a realização da Conferência Estadual, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos previstos nos documentos da 1ª CNETD. Estes aspectos estão estritamente ligados ao enfoque da igualdade de gênero, raça, etnia e juventude presente na Agenda do Trabalho Decente, por isso, cada delegação deve garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres.

As Secretarias do Trabalho não foram convidadas a integrar a Comissão Organizadora, a exemplo do que ocorreu com a Conferência de Economia Solidária. A reunião do Fonset se apresenta como oportunidade para que os estados apresentem suas contribuições à construção desse processo.

Para o assessor especial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Mário Barbosa, a 1ª CNETD irá fortalecer a política de trabalho decente no país, estimulando o diálogo entre o Governo Federal e os estados sobre assuntos como a pobreza, as desigualdades sociais, o desemprego e a informalidade, dentre outros. "As conferências municipais, intermunicipais e estaduais são espaços onde os trabalhadores e empregadores, por meio de organizações representativas e sociais comprometidas com os temas do trabalho decente, podem dar suas opiniões

e apresentar sugestões e propostas para o enfrentamento dos problemas nacionais, a partir das características que eles assumem na realidade local", explica Barbosa nessa entrevista concedida à *Revista Fonset*.

Revista Fonset – Como está sendo preparada a 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente – conteúdo operacional, comissão organizadora, número de delegados?

Mário Barbosa – *A conferência terá um número aproximado de 1.250 delegados. Já foi definido o Regimento Interno e encontra-se em consulta uma proposta de cronograma de realização das conferências nos Estados e no Distrito Federal, no período de abril a outubro de 2011. A conferência conta com o suporte do subcomitê de assessoramento técnico da Agenda Nacional de Trabalho Decente e possui uma comissão organizadora nacional de composição tripartite, formada por representantes de governo, trabalhadores e empregadores. Estão sendo produzidos textos orientadores por tema, cuja finalidade é divulgar o temário e facilitar os debates e formulação de propostas.*

RF - Como estimular a participação dos estados neste evento?

MB - *A participação dos estados será*



estimulada, principalmente, por meio dos canais institucionais do Governo Federal, dos estados e municípios, dos atores sociais envolvidos, bem como dos veículos de comunicação social com interesse no assunto.

RF - Qual a importância da realização dessa conferência para a consolidação da política de trabalho decente em nosso país?

MB - *A 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente tem por objetivo geral contribuir para a construção e o fortalecimento de uma Política Nacional de Promoção do Emprego e do Trabalho Decente por meio do amplo debate do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, cuja finalidade é possibilitar ao Estado brasileiro avançar no enfrentamento dos problemas estruturais da sociedade tais como: a pobreza e as desigualdades sociais; o desemprego e a informalidade; a extensão da cobertura da proteção social; a parcela de trabalhadoras e trabalhadores sujeitos a baixos níveis de rendimentos e produtividade; os elevados índices de rotatividade no emprego; as desigualdades de gênero e raça/etnia; e as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural.*

“ Os Secretários integrantes do Fonset serão convidados a mobilizar e articular os recursos humanos e materiais necessários para assegurar a organização e realização das conferências ”

Mário Barbosa

Assessor Especial do Ministério do Trabalho e Emprego





REGIMENTO INTERNO

Versão 14 de fevereiro de 2011

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (1ª CNETD), convocada pelo Decreto de 24 de novembro de 2010, tem por finalidade a promoção de um amplo debate no território nacional envolvendo a temática das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social.

Parágrafo único. São objetivos geral e específicos da 1ª CNETD:

I – objetivo geral: contribuir para a construção, o fortalecimento e a promoção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; e

II – objetivos específicos:

a) buscar maior efetividade na formulação, execução e controle de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente, assegurando a participação das organizações de empregadores e de trabalhadores, de modo a fortalecer o tripartismo, bem como a relação com outras organizações da sociedade civil legalmente constituídas, interessadas e comprometidas com o temário que trata o art. 14 deste Regimento;

b) divulgar, debater e avaliar as prioridades e parâmetros estabelecidos para atuação do Poder Executivo na implementação do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente;

c) indicar prioridades de atuação do Poder Executivo na consecução da Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente;

d) propor aos governos Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal estratégias e diretrizes para formulação e consolidação de uma política nacional de emprego e trabalho decente e empresas sustentáveis;

e) propor e fortalecer mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com as organizações de empregadores e trabalhadores, assim como outras organizações da sociedade civil legalmente constituídas, interessadas e comprometidas com o temário que trata o art. 14 deste Regimento;

f) recomendar medidas que fortaleçam o sistema público de emprego, trabalho e renda em todas as suas áreas de atuação, considerando as especificidades e potencialidades do desenvolvimento local, bem como que fomentem a criação e desenvolvimento de empresas sustentáveis;

g) propor políticas que fortaleçam a proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias, em especial, dos grupos sociais mais vulneráveis;

h) propor programas de desenvolvimento sustentável de uma cultura voltada para o empreendedorismo e a economia solidária priorizando as mulheres, jovens e grupos vulneráveis;

i) propor iniciativas com vistas à promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento e não-discriminação no mundo do trabalho, bem como para facilitar a transição das atividades informais para a formalidade;

j) propor a realização de campanhas de informação e de prevenção voltadas à eliminação do trabalho forçado e do trabalho infantil, em especial, em suas piores formas e a implementação, monitoramento e avaliação de medidas relacionadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;

k) propor medidas e iniciativas para o fortalecimento do respeito aos princípios e direitos fundamentais do

trabalho, da cultura do diálogo social e do tripartismo;

l) propor medidas e iniciativas que fortaleçam a negociação coletiva;

m) propor medidas e iniciativas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores;

n) definir mecanismos e instrumentos de monitoramento da implementação das resoluções da 1ª CNETD; e

o) propor estratégia de divulgação e monitoramento das resoluções da 1ª CNETD.

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA

Art. 2º A 1ª CNETD será precedida de conferências estaduais/distrital, uma em cada unidade federada, observado o disposto neste Regimento.

§ 1º Fica facultada, no âmbito das unidades federadas, a realização de conferências municipais/intermunicipais, cujas resoluções serão apreciadas pela respectiva conferência estadual/distrital.

§ 2º A 1ª CNETD considerará as resoluções das conferências estaduais/distrital, consolidadas em relatório elaborado pela Comissão Organizadora Nacional.

Art. 3º A abrangência da 1ª CNETD é nacional, assim como suas análises, formulações, proposições e resoluções.

Parágrafo único. As conferências realizadas nos âmbitos municipal/intermunicipal e estadual/distrital manterão como prioridade o temário nacional, previsto neste Regimento, podendo contemplar em sua agenda questões de interesse local.

Art. 4º Todas as delegações e personalidades convidadas, presentes à 1ª CNETD devem observar a precedência das questões de âmbito nacional.

Art. 5º As delegações da 1ª CNETD deverão observar a seguinte composição:

- I - Poder Executivo: 30%;
- II - Representação de Empregadores: 30%;
- III - Representação de Trabalhadores: 30%; e
- IV - outras organizações: 10%.

Parágrafo único. As delegações das conferências estaduais/distrital e municipais/intermunicipais observarão os percentuais de composição previstos neste artigo.

Art. 6º Em todas as conferências será assegurada a participação das organizações de empregadores e de trabalhadores, autoridades e instituições governamentais interessadas, assim como de outras organizações da sociedade civil legalmente constituídas, interessadas e comprometidas com o temário de que trata o art. 14, observadas as condições previstas neste Regimento.

§ 1º Considerando o enfoque da igualdade de gênero, raça, etnia e juventude na Agenda Nacional do Trabalho Decente, devem ser realizados esforços para incentivar a participação desses segmentos sociais na composição das delegações nas conferências.

§ 2º Deverão ser envidados esforços para a participação de, no mínimo, 30% de mulheres na composição das delegações.

Art. 7º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a 1ª CNETD contará com uma Comissão Organizadora Nacional.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora Nacional contará com uma Secretaria Executiva, composta por servidores indicados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e que terá por objetivo prestar assistência técnica e apoio operacional à execução das atividades que lhe forem atribuídas.

Art. 8º As conferências estaduais/distrital serão realizadas de acordo com o cronograma constante do Anexo I.

§ 1º O não cumprimento do prazo para a realização das conferências estaduais/distrital em todas as unidades federadas não constituirá impedimento à realização da 1ª CNETD no período estabelecido pelo Decreto de 24 de novembro de 2010.

§ 2º As unidades federadas que, excepcionalmente, não realizarem as respectivas conferências devem comunicar à Comissão Organizadora Nacional, até a data limite prevista no cronograma.

Art. 9º O cronograma constante do Anexo I deste Regimento poderá ser alterado pela Comissão Organizadora Nacional.

Art. 10. A realização da conferência estadual/distrital é fator indispensável para a participação de delegados da respectiva unidade federada na 1ª CNETD.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora Nacional deliberará a respeito da representação das unidades federadas que eventualmente não realizarem suas conferências.

Art. 11. Compete ao Poder Executivo Estadual/Distrital convocar a conferência estadual/distrital, por meio de ato publicado em Diário Oficial, e constituir a respectiva Comissão Organizadora, observado o tripartismo previsto neste Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora Estadual/Distrital poderá constituir uma Secretaria Executiva que terá por objetivo prestar assistência técnica e apoio operacional à execução das atividades que lhe forem atribuídas.

Art. 12. Cabe à Comissão Organizadora Estadual/Distrital definir a agenda da sua conferência, respeitadas as disposições deste Regimento.

Parágrafo único. Para fins de validação, a Comissão Organizadora Estadual/Distrital encaminhará à Comissão Organizadora Nacional as informações relativas à agenda da respectiva conferência em até 15 (quinze) dias antes de sua realização.

Art. 13. Os relatórios das conferências Estaduais/Distrital e a relação de delegados (as) para a 1ª CNETD devem ser encaminhados à Comissão Organizadora Nacional, em até 15 (quinze) dias após a realização da respectiva conferência.

CAPÍTULO III - DO TEMÁRIO E DA METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

SEÇÃO I - DO TEMÁRIO DA 1ª CNETD

Art. 14. O texto base da 1ª CNETD é o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, cujas prioridades são:

- I – gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e tratamento;
- II – erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e
- III – fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

SEÇÃO II - DA METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS

Art. 15. Os relatórios das conferências serão elaborados, pelas respectivas Comissões organizadoras, a partir da identificação dos problemas e propostas aprovadas referentes ao temário.

§ 1º Os relatórios das conferências estaduais/distrital serão elaborados, conforme modelo do Anexo II, encaminhados à Comissão Organizadora Nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias, por correio eletrônico à Secretaria Executiva e Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho e Emprego e em formato impresso para a Comissão Organizadora Nacional da 1ª CNETD, no endereço postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco F - Ed. Sede - sala 400, Cep: 70059-900 - Brasília/DF.

§ 2º O relatório da 1ª CNETD será elaborado, com base no resultado dos debates, propostas e resoluções das Sessões Plenárias da Conferência, sob a coordenação da Comissão Organizadora Nacional.

§ 3º Os relatórios dos Estados e do Distrito Federal serão consolidados pela Comissão Organizadora Nacional de acordo com o temário.

§ 4º O Ministério do Trabalho e Emprego será o responsável pela ampla divulgação dos resultados da 1ª CNETD.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 16. A 1ª CNETD será presidida pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Art. 17. As plenárias serão coordenadas pela Comissão Organizadora Nacional.

Art. 18. A estrutura funcional da 1ª CNETD será definida pela Comissão Organizadora Nacional, com base nos temas previstos no art. 14 deste Regimento e no relatório consolidado das unidades federadas.

SEÇÃO I - DA COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL

Art. 19. A Comissão Organizadora Nacional é instância de deliberação, organização, coordenação e promoção da 1ª CNETD.

§ 1º Os membros titulares e suplentes da Comissão Organizadora Nacional da 1ª CNETD serão designados por ato do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, com a seguinte composição:

I - 10 representantes do governo federal que integram o Comitê Executivo Interministerial da Agenda Nacional de Trabalho Decente;

II - 10 representantes dos empregadores indicados pelas respectivas confederações, com registro ativo no Ministério do Trabalho e Emprego; e

III - 10 representantes dos trabalhadores indicados pelas respectivas centrais sindicais, que atenderem aos requisitos de representatividade, observado os dispositivos previstos na Lei nº 11.648, de 31 de maio de 2008.

§ 2º Representante do Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil será convidado a integrar, na qualidade de assistência técnica, a Comissão Organizadora Nacional.

§ 3º Os membros indicados poderão ser substituídos pelos respectivos órgãos ou entidades representados, mediante simples comunicação ao Ministério do Trabalho e Emprego, para providências cabíveis.

Art. 20. Compete à Comissão Organizadora Nacional:

I - aprovar o presente Regimento Interno da 1ª CNETD;

II - aprovar e alterar o cronograma constante do Anexo I deste Regimento;

III - organizar, coordenar e promover a realização da 1ª CNETD, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;

IV - deliberar sobre:

a) os documentos oficiais e textos vinculados ao temário da 1ª CNETD;

b) mesas centrais e complementares: critérios de escolha de expositores (as) e debatedores (as);

c) critérios para participação e definição de convidados (as) e observadores nacionais e internacionais;

d) solicitações de inscrição de organizações citadas no inciso IV do art. 5º;

e) critérios para criação, composição e funcionamento de grupos temáticos.

V - mobilizar seus (as) parceiros (as), no âmbito de sua atuação, para a preparação e participação nas conferências.

§ 1º Participam das reuniões da Comissão Organizadora Nacional os membros titulares e suplentes que a compõem e no máximo dois assessores por representação, sem direito a voz e voto.

§ 2º As deliberações da Comissão Organizadora Nacional serão aprovadas preferencialmente por consenso,

sendo registradas em atas as questões debatidas, os consensos e dissensos verificados.

Art. 21. O disposto nesta Seção será também adotado nas comissões organizadoras estaduais e do Distrito Federal, quando aplicável.

SEÇÃO II - DOS GRUPOS TEMÁTICOS

Art. 22. A criação, composição e regras de funcionamento de grupos temáticos serão deliberadas pelas respectivas Comissões Organizadoras, observadas as disposições deste Regimento, em especial a proporcionalidade prevista no art. 5º.

§ 1º A composição dos grupos temáticos seguirá a proporcionalidade estabelecida no art. 5º, sendo os seus integrantes credenciados pela Comissão Organizadora Nacional, dentre os delegados, observados os seguintes limites:

- 30% de delegados do Poder Executivo;
- 30% de delegados empregadores;
- 30% de delegados trabalhadores;
- 10% de delegados de outras organizações.

§ 2º A impossibilidade do preenchimento dos percentuais previstos no parágrafo anterior, por alguma das representações, não impedirá o funcionamento do grupo temático, nem implicará em alteração do respectivo percentual a que cada representação tem direito.

§ 3º Cada grupo temático terá um coordenador e um relator escolhidos de acordo com instruções da Comissão Organizadora Nacional.

Art. 23. As discussões dos grupos temáticos da 1ª CNETD devem orientar-se pelo texto base definido no art. 14 deste Regimento e pelo relatório consolidado das conferências estaduais/distrital.

§ 1º As propostas discutidas nos grupos deverão ter a aprovação de, pelo menos, 30% dos seus membros presentes para comporem o relatório.

§ 3º As plenárias das conferências deliberarão sobre as propostas constantes do relatório dos grupos temáticos.

SEÇÃO III - DAS PLENÁRIAS E DAS MOÇÕES

Art. 24. O funcionamento e composição da plenária e procedimento de elaboração de moções serão definidos pelas respectivas comissões organizadoras e aprovados na sessão de abertura dos trabalhos de cada conferência.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO

Art. 25. Os participantes da 1ª CNETD se distribuirão em três categorias, observado as disposições deste Regimento:

- delegados(as) com direito a voz e voto;
- convidados(as) com direito a voz; e
- observadores(as) sem direito a voz e voto.

Art. 26. Serão delegados (as) da 1ª CNETD:

I - os (as) eleitos (as) nas conferências das unidades federadas, de acordo com os limites estabelecidos nos parágrafos 2º e 3º deste artigo;

II - os (as) indicados (as) pelo Poder Executivo federal e pelas organizações nacionais de empregadores e de trabalhadores, bem como os membros da Comissão Organizadora Nacional, observada a proporcionalidade prevista no art. 5º deste Regimento;

§ 1º Serão eleitos(as) delegados(as) suplentes na proporção de 50% do total de delegados(as) correspondentes a cada representação que só serão credenciados(as) na ausência do(a) titular.

§ 2º O número máximo de delegados (as) que terá direito cada unidade federada será definido com base nos dados da População em Idade Ativa (PIA), registrada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, observada a proporcionalidade expressa no art. 5º deste Regimento, a saber:

- unidades federadas com PIA acima de 30

milhões: 70 delegados (São Paulo)

b) unidades federadas com PIA entre 15 e 30 milhões: 60 delegados (Minas Gerais);

c) unidades federadas com PIA entre 6 e 15 milhões: 50 delegados (Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco);

d) unidades federadas com PIA entre 4 e 6 milhões: 40 delegados (Pará, Maranhão, Santa Catarina, Goiás);

e) unidades federadas com PIA entre 2 e 4 milhões: 30 delegados (Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal);

f) unidades federadas com PIA inferior a 2 milhões: 20 delegados (Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Tocantins e Sergipe);

§ 3º O número efetivo de delegados por unidade federada, observado os limites do parágrafo anterior, deverá ser igual a, no máximo, a quarta parte do número comprovado de participantes na respectiva conferência estadual distrital.

§ 4º Os delegados governamentais nacionais serão indicados pelo Comitê Executivo Interministerial.

Art. 27. A 1ª CNETD terá uma composição total de até o limite de 1200 delegados.

Art. 28. Poderão ser convidados para a 1ª CNETD, por deliberação da Comissão Organizadora Nacional: personalidades, representantes do poder público, instituições nacionais e internacionais, com atuação de relevância nos assuntos constantes do temário definido no art. 14 deste Regimento.

Art. 29. As Organizações interessadas em acompanhar os trabalhos da 1ª CNETD, como observadores, deverão solicitar a respectiva inscrição no prazo fixado no cronograma anexo, por intermédio do correio eletrônico da Secretaria Executiva da Comissão Organizadora Nacional.

Parágrafo único. Caberá à Comissão Organizadora Nacional deliberar sobre as solicitações de inscrição.

Art. 30. As inscrições dos (as) Delegados (as) da 1ª CNETD deverão ser feitas junto à Comissão Organizadora Nacional, de acordo com o cronograma previsto no Anexo I.

Parágrafo único. As Comissões Organizadoras Estaduais Distrital deverão registrar na ficha de inscrição, quando for o caso, informações sobre pessoas com deficiência que necessitem de assistência pessoal ou material para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

Art. 31. O credenciamento de delegados (as) da 1ª CNETD deverá ser feito, de acordo com instruções da Comissão Organizadora Nacional e o cronograma constante do Anexo I.

CAPÍTULO VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 32. As despesas com a organização geral da 1ª CNETD correrão por conta do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º O custeio das despesas com o deslocamento e hospedagem dos delegados será definido no âmbito da respectiva unidade federada.

§ 2º As despesas relativas a alimentação dos participantes credenciados serão custeadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Para permitir a troca de experiências e a apresentação de exemplos de boas práticas em políticas de emprego e trabalho decente será definido espaço físico para exposições paralelas ao longo da 1ª CNETD.

Art. 34. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão resolvidos pela Comissão Organizadora Nacional da 1ª CNETD.

OIT NA ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Revista Fonset - Quais os avanços mais significativos alcançados até hoje pelo país na luta contra o trabalho infantil?

Renato Mendes - *Numericamente, o país já deu um salto muito grande. Em 1992, tínhamos 9 milhões, hoje temos 4 milhões e 200 mil crianças trabalhando. Ainda é um número considerável, mas olhando o caminhar do país, sem dúvida nenhuma, houve um grande avanço. Nos últimos dois anos, a grande melhoria está na universalização do acesso à educação. A escola é um instrumento essencial da política pública de proteção da criança e do adolescente e, ao ter dado acesso, seja colocando transporte, seja aumentando o número de vagas na região onde a criança mora, contribui para que menos crianças fiquem expostas às consequências do trabalho infantil. Porém, ainda é necessário melhorar a qualidade e a atratividade da educação. Uma segunda grande conquista foi o aumento dos recursos para a educação desde 2010, para financiar, inclusive, o aumento do tempo de permanência da criança na escola. O terceiro avanço foi o aumento da idade compulsória escolar, de 14 para 17 anos. O desafio, a partir de 2011, será garantir o acesso aos adolescentes nesta faixa etária. Outra conquista é a eliminação, em quase 100%, do trabalho infantil no setor formal da economia. O trabalho infantil hoje se manifesta no setor informal e no setor ilícito. Na informalidade, ele se manifesta na agricultura familiar, no trabalho doméstico, no trabalho urbano. No ilícito, redes criminosas exploram as crianças nas redes de exploração sexual, tráfico de pessoas, trabalho forçado e no tráfico de drogas.*

RF- Como o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) tem contribuído no processo de erradicação do trabalho infantil e qual o seu papel neste processo?

RM - *O IPEC nasceu em 1992 para cooperar*

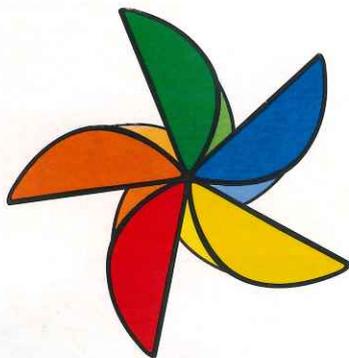
A eliminação do trabalho infantil é um dos objetivos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), implementado em escala mundial em 1992, e abrigado, desde o seu início, no Brasil. Nesta entrevista concedida à Revista Fonset, Renato Mendes, coordenador nacional de projetos do IPEC, fala sobre os avanços da prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil, além da importância da OIT/IPEC neste processo e os maiores desafios que o país ainda enfrenta para conseguir alcançar a total eliminação deste problema que afeta crianças e adolescentes brasileiros

na implementação das convenções da OIT, nos países que as ratificaram. O seu papel principal é promover o diálogo social entre os responsáveis pela proteção da criança, chamem-se eles governo, família, empregador ou chamem-se trabalhador. Tem criado espaços para discussões sobre os problemas relacionados ao trabalho infantil, promovendo possibilidades de solução. Por exemplo, as grandes propostas que hoje são política pública nacional, muitas delas nasceram de projetos pilotos promovidos pelo IPEC e pela OIT, como os programas de transferência de renda, que nasceram entre 1992 e 1994, como experiência piloto para famílias de baixa renda com crianças em situação de trabalho, implementada nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pernambuco.

RF - Quais são, hoje, as principais dificuldades encontradas no combate ao

trabalho infantil no Brasil?

RM - *O país está entrando num processo bastante difícil da política de eliminação do trabalho infantil, pois o Brasil está chegando no núcleo duro do trabalho infantil. A grande eliminação do trabalho infantil ocorreu, principalmente, naqueles trabalhos mais visíveis, de mais fácil acesso para a inspeção do trabalho e mais chocantes para o olhar da opinião pública, como as crianças nos canaviais, nas olarias, nas carvoarias. Nesse momento, resta o núcleo duro, que a OIT chama de as piores formas de trabalho infantil. O Brasil, assim como toda a comunidade internacional, se comprometeu a eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016. É uma meta bastante arrojada, porque elas estão invisíveis. Seja porque acontecem em situações muito pulverizadas no território nacional, ou acontecem de forma velada promovidas pelas organizações criminosas.*



subordinação, frequência e a onerosidade. Este é um dos temas mais difíceis para a política pública de proteção da criança pelo duplo status em que ela se encontra.

RF - Quais os exemplos mais comuns dos tipos mais graves do trabalho infantil?

RM - Nos três estados do Sul do Brasil e em alguns estados do Nordeste, crianças

“ Um exemplo são as meninas trabalhadoras domésticas. Os patrões e patroas as consideram teoricamente como filhas, mas não as incluem verdadeiramente no seu cotidiano de relações familiares ”

Renato Mendes
Coordenador Nacional de
Projetos do IPEC/ OIT

RF - O que caracterizam as piores formas de trabalho infantil identificadas pela OIT?

RM - As piores formas de trabalho infantil integram dois tipos de trabalho executados por crianças e adolescentes abaixo de 18 anos: os chamados perigosos, que pela natureza ou condição em que são realizados, colocam a vida e a saúde dessa criança e desse adolescente em perigo imediato; e os delíto, aqueles que lesam a dignidade da pessoa da criança e do adolescente, como o trabalho escravo. O uso de crianças para fins de exploração sexual também é considerado pela OIT como mais uma das piores formas de trabalho infantil no país. Por fim, o uso de crianças para atos ilícitos, como o roubo, o homicídio e o tráfico de drogas. A organização criminosa se aproveita da vulnerabilidade da criança ou do adolescente e burla a lei. A utilização de menores de 18 anos para estes fins é um delíto, mas também é uma relação de trabalho, já que estão presentes a

que trabalham com a cultura do fumo, nas pequenas agriculturas familiares, em locais de difícil acesso do interior do país. Estas crianças estão expostas ao contato com agrotóxicos e a nicotina pura. Além de perigosa, esta atividade, quando em condições de abuso de autoridade, adquire característica de trabalho forçado. Como prova disso, a fiscalização do trabalho encontrou, nos estados do Sul do país, crianças em situação de trabalho forçado na plantação do fumo. No Norte do Brasil, crianças que são ajudantes de transportes aquaviários, como as meninas que manejam lanchas e são escalpeladas, tendo seus cabelos presos no motor, muitas vezes, ficando sem o couro cabeludo.

Nas principais cidades do país, em especial nas metrópoles, as crianças que recolhem materiais recicláveis em festas populares, como o carnaval, a micareta, festivais, shows, atividades religiosas populares, entre outros. Lugares que

acabam levando um afluxo muito grande de pessoas, tornam-se um ambiente favorável ao trabalho infantil e à exploração sexual. Um outro exemplo são as meninas trabalhadoras domésticas. Os patrões e patroas as consideram teoricamente como filhas, mas não as incluem verdadeiramente no seu cotidiano de relações familiares. Na hora do almoço, a menina não senta à mesa com a família, dorme em condições inferiores ao filho do patrão, e muitas vezes sofre abusos sexuais do próprio patrão, do seu filho, e há casos registrados com o consentimento da patroa. A invisibilidade deste tipo de trabalho prejudica não somente a criança e seu desenvolvimento, mas precariza as relações de trabalho do adulto e dificulta o desenvolvimento social e econômico do país.

RF - A dificuldade em combater as piores formas de trabalho infantil está só na pulverização ou invisibilidade destas atividades?

RM - O conceito tão antigo da opinião pública, de que trabalhar educa, também dificulta a política de eliminação do trabalho infantil. Muitos, por terem trabalhado desde cedo, não conseguem fazer esta leitura, de que o trabalho infantil os impediu de serem crianças durante a sua infância e não conseguem fazer a correlação de causa-efeito com os problemas de saúde ocupacional que se manifestam somente na vida adulta. Neste sentido, o trabalho infantil também deve ser considerado como uma questão de saúde pública. O poder público por si só é insuficiente para acabar com o trabalho infantil, enquanto a cultura dominante perceber o trabalho infantil como solução para o filho do outro, para o filho do pobre.

Quando a família de baixos recursos não tem condições para prover a proteção adequada a seus filhos, a sociedade e o Estado são corresponsáveis nesta proteção. Parafrazeando a feliz expressão da presidenta Dilma: “país rico é país sem pobreza” eu diria “desenvolvido é o país que não precisa dos calos das mãos de suas crianças”. O desenvolvimento de um país também se mede pelo grau de proteção de suas crianças contra o trabalho infantil. Prover um benefício social a uma criança trabalhadora não esgota o seu direito de ser criança e de ter garantido os mesmos direitos dos filhos daqueles que tiveram o privilégio de ter outra condição social. O Brasil está no caminho certo, mas é preciso intensificar e sofisticar as estratégias.

ROTATIVIDADE NO MERCADO DE TRABALHO É GRANDE PROBLEMA NO BRASIL

O Brasil vive um momento histórico na geração de empregos. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, somente em 2010, foram criados 2.555.421 novos postos de trabalho no país, um desempenho recorde. Este saldo é resultante da diferença entre os 20,4 milhões de trabalhadores contratados e os 17,8 milhões demitidos do mercado formal de trabalho



O número elevado de demissões fez com que, em 2010, os gastos com seguro-desemprego chegassem a R\$ 20,4 bilhões, beneficiando 7,4 milhões de trabalhadores. Para 2011, a expectativa é de que o dispêndio cresça ainda mais e alcance R\$ 22,6 bilhões, distribuídos entre 8,5 milhões de beneficiários. Ou seja, cresce o emprego e também o dispêndio com o seguro-desemprego.

Esses números exorbitantes são consequência da alta rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, que prejudica duplamente o trabalhador. Primeiro porque gera a insegurança de ficar sem emprego e, segundo, porque diminui os recursos destinados à qualificação profissional, principal porta de entrada para o mercado formal de trabalho. Isso acontece porque tanto o seguro-desemprego, quanto os programas de qualificação têm a mesma fonte de recursos: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Para o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner Gomes, o Brasil poderia diminuir bastante o problema com a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

em tramitação no Congresso Nacional, que proíbe a demissão imotivada, principal causa de dispensa do emprego no Brasil. "A ratificação da Convenção 158 da OIT é bandeira constante nas manifestações das centrais sindicais. O Brasil não pode ser prejudicado porque o patronato quer demitir para contratar mais barato. Temos que impedir que isto continue acontecendo", afirmou Gomes.

As centrais defendem, ainda, a destinação de mais recursos para os programas de qualificação do trabalhador. "Defendemos que o FAT tenha verba destinada somente à qualificação profissional. Infelizmente, o Governo Federal usa os recursos do FAT também para outros fins. Participamos de debates sobre o tema em todos os níveis governamentais – federal, estaduais e municipais –, pois entendemos que a informalidade ainda é alta e falta qualificação profissional", reforçou Geraldino dos Santos, secretário de Relações Sindicais da Força Sindical

O movimento sindical sugere, ainda, medidas alternativas para impedir que o trabalhador fique desempregado. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, defende que o sistema público

de emprego seja consolidado de verdade. Segundo a assessoria de imprensa da CUT, "quando o trabalhador perde seu emprego e vai requerer seu seguro-desemprego, ele deveria ser integrado a um processo de qualificação ou requalificação consistente, focado na realidade econômica de onde ele está. Depois da requalificação, ainda no âmbito do sistema público de emprego, seria encaminhado para uma nova vaga".

"A qualificação do trabalhador tem que ser prioridade na hora da divisão dos recursos do FAT. Isso não pode ser visto como gasto e sim como investimento, pois temos que preparar os trabalhadores brasileiros para ocupar os empregos gerados em todas as áreas", enfatiza o presidente de CTB. Para Wagner Gomes, este é o caminho para que o Brasil continue crescendo e consiga reverter o alto índice de desemprego gerado por uma demanda reprimida por anos.

O Fonset tem sido sensível a essas teses e adotou como posicionamento básico a reativação do Conselho Nacional do Trabalho, a criação de um Sistema Único do Trabalho que facilite as transferências de recursos, a exemplo do SUAS, e uma ampla discussão sobre a destinação dos recursos do FAT.

PERSPECTIVA DA AGENDA LABORAL NO GOVERNO E NO CONGRESSO

Os temas do mundo do trabalho, incluindo os direitos previdenciários, apesar de não estarem entre as prioridades da presidente Dilma Rousseff, certamente serão objeto de acirrados debates no Congresso Nacional, especialmente entre as bancadas sindical e empresarial.

Da parte do Governo, até onde se sabe, não existe risco de investida sobre os direitos trabalhistas e previdenciários, nem para flexibilizá-los nem tampouco para reduzi-los ou suprimi-los. Primeiro porque a presidente já declarou que não apoiará nem proporá reformas polêmicas, o que inclui a trabalhista e previdenciária. Segundo porque nem Dilma Rousseff nem seus adversários incluíram no programa de governo ou no debate da campanha eleitoral estas duas reformas.

Este fato, entretanto, não impede o debate nem a deliberação sobre essas matérias no Congresso. A bancada empresarial, que dobrou de tamanho, vai priorizar a reforma trabalhista, por exemplo. Seus integrantes participaram da campanha eleitoral, entre outros motivos, para promover a reforma tributária e pressionar por mudanças flexibilizadoras dos direitos trabalhistas.

É fato que o aumento das conquistas dos trabalhadores no Governo Lula, tanto na incorporação de novos direitos quanto na ocupação de espaços institucionais, especialmente por intermédio das centrais sindicais, assustou setores do empresariado, que resolveram lançar nomes próprios e apoiar outros na disputa para o Congresso com o objetivo de promover a defesa das reivindicações das categorias econômicas, inclusive nas questões trabalhistas e sindicais.

Pelo menos oito proposições na área trabalhista estão entre as prioridades da bancada



Antônio Augusto de Queiroz

Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), jornalista, analista político e autor dos livros "Por dentro do processo decisório – como se fazem as leis" e "Por dentro do Governo – como funciona a máquina pública."



empresarial no Congresso, sendo quatro para rejeitar ou não deixar votar e três para aprovar. Estão na primeira categoria a PEC da redução da jornada; a PEC da licença-maternidade de seis meses; o PL que amplia a estabilidade do dirigente sindical; e a Mensagem que propõe a ratificação da Convenção 158 da OIT, que trata da proibição da despedida imotivada. Na segunda categoria estão proposições que: 1) autorizam transação individual e homologação na Justiça do Trabalho; 2) ampliam a possibilidade de terceirização e prestação de serviços; 3) reduzem os encargos sobre a folha; e 4) flexibilizam a CLT para permitir a prevalência do negociado sobre o legislado.

A bancada sindical, por sua vez, além de contrária aos projetos que a bancada empresarial deseja aprovar para precarizar direitos, é favorável aos itens que as categorias econômicas pretendem rejeitar, acrescentando nesse grupo a PEC do combate ao trabalho escravo.

Em conclusão, pode-se inferir que os riscos de retrocesso nos direitos trabalhistas e previdenciários são baixos e as chances de aprovação de algumas proposições de interesse da bancada sindical são razoáveis, especialmente a PEC do combate ao trabalho escravo; a PEC da licença-maternidade de seis meses; e a estabilidade de todos os dirigentes e suplentes das entidades sindicais, inclusive o conselho fiscal e delegados-representantes, para os quais há perspectiva de contar com o apoio do Governo Federal. Já entre os itens de interesse das categorias econômicas, o de maior chance é o que trata da desoneração da folha, que conta com o apoio da presidente Dilma.

ANP PARTICIPA DA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA SETOR DE PETRÓLEO E GÁS



Revista Fonset - Qual é o trabalho da ANP na formação de profissionais para o setor de petróleo e gás?

Haroldo Lima - A ANP coordena, há 12 anos, o PRH-ANP/MCT, que é um programa de formação de recursos humanos altamente qualificados para o setor do petróleo, gás natural e biocombustíveis. O PRH-ANP/MCT é uma parceria entre a Agência e instituições de ensino para que estas organizem e ofereçam aos seus alunos especializações profissionais consideradas estratégicas e imprescindíveis para o setor. O PRH-ANP/MCT já concedeu por volta de 5.800 bolsas de estudo, especializando mais de 3 mil estudantes. Além disso, as instituições também recebem um valor equivalente ao das bolsas, a título de taxa de bancada, que tem por finalidade apoiar as atividades desenvolvidas pelos bolsistas.

RF - O que é o Prominp? Qual o seu papel? Quantos profissionais já treinou e em que faixa de escolaridade?

HL - O Prominp é o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, instituído pelo Governo Federal em 2003, cujo objetivo é identificar e implementar ações visando capacitar a indústria nacional de forma a atender as

demandas de bens e serviços do setor do petróleo e gás no país. O PNQP – Plano Nacional de Qualificação Profissional – é um vetor do Prominp voltado para a qualificação de profissionais necessários à implantação dos empreendimentos do setor. A Petrobras é a principal financiadora do PNQP, utilizando os recursos oriundos de sua obrigação contratual com a ANP de investir

“ O Brasil, nos próximos anos, vai precisar de centenas de milhares de profissionais para o setor de petróleo e gás. Temos que preparar essa gente para evitar um apagão da mão de obra. A formação desses profissionais é uma das prioridades do Governo e da ANP. ”

1% da receita bruta dos campos que pagam participação especial em projetos de P&D.

RF - Como está a demanda de profissionais para o setor de petróleo e gás?

HL - Com base na carteira de investimentos do setor do petróleo e gás no período de 2009 a 2013, o Prominp identificou, por meio de seu Sistema de Diagnóstico de Demandas, a necessidade de cerca de 208 mil novos profissionais, divididos em 185 categorias profissionais nas áreas de engenharia, construção e montagem, construção civil, manutenção e operação para a implantação de empreendimentos de Petróleo&Gás no país.

Com base nesse mapeamento, a ANP aprovou, em 2010, a 4ª Revisão do Plano Nacional de Qualificação Profissional, o PNQP, que prevê a qualificação de 57,4 mil profissionais distribuídos por 16 estados da federação.

RF - Ela aumentou após a descoberta das grandes jazidas do pré-sal?

HL - Em 2006, o Sistema de Diagnóstico de Demandas do Prominp previa a necessidade de cerca de 90 mil novos profissionais, com base na carteira de investimentos do setor



O setor de petróleo e gás tem sido um dos vetores de desenvolvimento do Brasil nos últimos anos. No ano 2000, o setor contribuía com 5,32% do Produto Interno Bruto (PIB), atualmente já ultrapassa 11%. Um dos grandes desafios do pré-sal é a formação de mão de obra qualificada para atender à demanda crescente do mercado. De acordo com o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Haroldo Lima, a ANP tem participado ativamente da qualificação de profissionais para o setor, seja através de financiamentos ou do Programa de Recursos Humanos da Agência. Veja, a seguir, a entrevista concedida à *Revista Fonset*

“Outro fator que aumenta o risco de carência de mão de obra são os requisitos de experiência profissional requeridos para certas atividades técnicas específicas do setor. A velocidade com que a indústria do petróleo e gás vem crescendo no Brasil pode não ser acompanhada pela capacidade de formação de profissionais com experiência suficiente para desenvolver determinadas atividades”

Haroldo Lima
Diretor-Geral da ANP

no período de 2006 a 2010. Nessa ocasião, ainda não eram conhecidos o potencial e a viabilidade de exploração das jazidas do pré-sal. Assim, segundo o mapeamento do Prominp, a demanda de profissionais para o setor mais que dobrou em 4 anos.

RF - Que tipo de profissionais as empresas estão demandando atualmente e que profissionais serão requisitados no futuro?

HL - Segundo o Sistema de Diagnóstico de Demandas do Prominp, as maiores oportunidades para o período de 2010 a 2013 serão dos profissionais que atuam na área de construção e montagem. Vale informar que, nessa área, também estão incluídas as atividades relacionadas ao gerenciamento de empreendimentos.

RF - O Brasil corre o risco de falta de mão-de-obra para o setor de petróleo e gás?

HL - Sim, os desafios da exploração e produção de petróleo e gás em águas ultraprofundas e especificamente na camada do pré-sal demandam não só pesados investimentos financeiros, mas também mão de obra qualificada que viabilize a execução dos empreendimentos

necessários. O PNQP vem formando milhares de profissionais para atender as demandas desses empreendimentos, mas isso não garante que esses profissionais não venham a ser absorvidos por outro setor da economia. Isso ocorre porque muitas vezes há um lapso temporal entre a formação do profissional e a oportunidade de emprego gerada pelo empreendimento, o que leva o aluno egresso do programa a buscar outras alternativas. Hoje, a empregabilidade dos ex-alunos do PNQP gira em torno de 80%, mas esse índice retrata apenas o percentual de alunos que estão trabalhando com carteira assinada, não há ainda um dado concreto sobre o aproveitamento desses profissionais no setor do petróleo e gás.

RF - O que ainda pode ser feito para aumentar a formação de profissionais para o setor de petróleo e gás?

HL - A medida mais eficaz para afastar os riscos de escassez de mão de obra e suprir o setor com profissionais qualificados e capacitados para suas mais diversas atividades seriam os investimentos em educação básica e técnica no país. Isso atenderia não só as demandas do Petróleo&Gás, mas também a todos os setores de nossa crescente economia.

Lançada em julho de 2009 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e coordenada pela Unidade de Assessoria Institucional (Uari) da mesma instituição, a campanha de formalização do Empreendedor Individual é uma das ações mais eficazes dos últimos tempos, envolvendo o mercado de trabalho do Brasil. Até fevereiro deste ano, já foram contabilizados 900 mil empreendedores formalizados, e a expectativa é alcançar, já em março, a marca de 1 milhão. Com o incentivo do Sebrae, costureiras, artesãos, borracheiros, comerciantes, entre tantos outros profissionais, antes informais, hoje têm direito a cobertura da Previdência Social, garantem o CNPJ e demais benefícios da formalização.

De acordo com o presidente nacional do Sebrae, Luiz Barretto, a iniciativa é uma importante ferramenta que oferece oportunidades de crescimento ao

“ Com a formalização, o empreendedor contribuirá para a Previdência Social, ampliará seu mercado, terá crédito facilitado e ainda irá gerar emprego e renda ”

Luiz Barretto
Presidente Nacional do Sebrae



EI AUMENTA A FORMALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Campanha do Sebrae estimula a formalização de empreendedores individuais, transformando a realidade de milhares de trabalhadores autônomos em todo o Brasil



Durante a campanha, são instalados estandes em pontos estratégicos das grandes cidades para atender o empreendedor de todo o país

trabalhador autônomo. Ao tornar-se um empreendedor individual, o profissional passa a pagar uma taxa fixa mensal de 11% do salário mínimo. Dessa forma, ele adquire o direito a todos os benefícios previstos em lei. “Com essa cobertura, o empreendedor estará protegido em casos de doença, acidentes, além dos afastamentos para dar à luz, no caso das mulheres, e após 15 anos, a aposentadoria por idade. A família do empreendedor tem direito à pensão por morte e auxílio-reclusão. Sem falar na possibilidade de contratar um funcionário com menor custo, redução de carga tributária, emissão de alvará pela internet, e o apoio técnico de Sebrae, dentre outros”, ressalta Barretto.

Além dos direitos trabalhistas assegurados, o empreendedor individual também pode contar com a orientação e o assessoramento do Sebrae. Existem cursos e planejamentos de negócios disponíveis, e, em breve, serão oferecidas especializações, caso o empreendedor queira qualificar-se em sua área. Durante a campanha, o Sebrae e seus parceiros instalam tendas em pontos estratégicos das cidades de todo o país, para orientar e realizar os registros de formalização no momento do comparecimento do interessado. Entre os estados onde o número de trabalhadores que saíram da informalidade se destacou, a Bahia está na liderança.

APOIO AOS CATADORES DE LATINHA. É FESTA DA RECICLAGEM NO CARNAVAL.

TRABALHO DECENTE PRESERVA O MEIO AMBIENTE



Os catadores de latinha e as cooperativas de reciclagem vão ter condições de trabalho ainda melhores nesse carnaval. A Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia vai disponibilizar fardamento completo, EPIs e financiamento para empréstimo. Isto é inclusão social fortalecendo a Economia Solidária. É o Governo da Bahia fazendo do Carnaval uma grande festa também para quem mais precisa.



SECRETARIA DO
TRABALHO, EMPREGO,
RENDA E ESPORTE



A GENTE TRABALHA DURO PARA O BRASIL PODER TRABALHAR



ANUNCIE NA REVISTA FONSET

A Revista Fonset já está em sua terceira edição. Além de divulgar as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Trabalho dos Estados, promove o debate sobre as políticas do sistema público de emprego.

Com distribuição nacional, a Revista Fonset atinge um público formador de opinião com grande capacidade de análise crítica. Uma excelente oportunidade para anunciar seus produtos ou serviços.

Ligue (71) 3115.3398 ou mande um e-mail para forum.fonset@gmail.com e informe-se como anunciar numa revista de alto nível.

